



METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.

CNPJ/MF nº 80.227.184/0001-66

NIRE 41300051712

Companhia Aberta

ÍNDICE	Página
<p style="text-align: center;">PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Assembleia Geral Ordinária</p> <ol style="list-style-type: none">1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;2. Proposta de Remuneração dos Administradores;3. Destinação do resultado líquido do exercício;4. Eleição de membro do Conselho de Administração, para preenchimento de cargo vago.	02-03
<p>Anexo I Comentários dos Diretores (conforme item 10 do Anexo 24 da ICVM 480)</p>	04-14
<p>Anexo II Informações sobre a remuneração dos Administradores (conforme Item 13 do Anexo 24 da ICVM nº 480)</p>	15-18
<p>Anexo III Informações indicadas nos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.....</p>	19-20

O Conselho de Administração da Metalgráfica Iguaçu S.A. torna público aos seus acionistas as seguintes propostas, que serão objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2017:

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia propõe que os senhores acionistas apreciem e aprovelem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de março de 2017, assim como aprovelem as contas dos administradores e tomem conhecimento do relatório de opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Atendendo exigência da Instrução CVM nº 481/09, Artigo 9º, estamos disponibilizando no Anexo I deste documento, o Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

2. Remuneração dos Administradores

Propor, para o exercício de 2017 o montante global de até R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais) para a remuneração dos administradores da Companhia, sujeita à aprovação de nossos acionistas em Assembleia Geral. Sendo de até R\$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) para o Conselho de Administração, e de até R\$3.550.000,00 (três milhões e quinhentos e cinquenta mil reais) para a Diretoria.

Em atendimento ao disposto no Artigo 12, Inciso II da Instrução CVM nº 481/09, disponibilizamos aos Acionistas no anexo II deste documento, as informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência.

3. Proposta de Destinação do Lucro Líquido (de acordo com o capítulo II, §1º do Artigo 9º da Instrução CVM Nº 481/09)

Considerando o resultado negativo do exercício de R\$9.859.367,05 não se aplica a proposição de destinação do lucro líquido. Desta forma, também não se aplica a exigência Instrução da CVM 481/09 de apresentação do Anexo 9-1-II.

4. Eleição de membro do Conselho de Administração para preenchimento de cargo vago.

Em razão do falecimento do conselheiro Eurico de Avellar Kesselring, propomos a eleição do sr. Rogerio de Payrebrune St. Sève Marins para preenchimento do cargo vago de membro efetivo do Conselho de Administração, cujo mandato encerrará em 31 de dezembro de 2019.



METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.

Em atendimento ao disposto no Artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, disponibilizamos aos Acionistas no Anexo III deste documento, as informações indicadas nos Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

Os demais documentos e formulários exigidos no Artigo 9º da Instrução CVM 481/09 estão disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.metaliguacu.com.br).

Ponta Grossa, 29 de março de 2017.

Atenciosamente
Lilian de Payrebrune St. Seve Marins
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

Nos termos do disposto no Artigo 9º, Inciso III, da Instrução CVM 481/09, apresentamos abaixo os comentários dos nossos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**10.1 – Os diretores devem comentar sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:****2016**

Apesar da queda da atividade industrial no País, a Companhia logrou aumentar suas vendas na linha de alimentos em 7,08% e na linha de frutas em calda em 36,38%. Na quantidade total de unidades vendidas, totalizou um aumento de 5,16% e de 22,53% na receita líquida do exercício.

A melhor administração de rotas e aperfeiçoamento das operações “Just in Time”, resultaram num aumento dos custos de fretes por unidade de 2,61%, frente à inflação de 6,58% segundo o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

A produtividade, medida pela quantidade de horas necessárias para produção de uma unidade, aumentou 11,89%.

Através de um melhor mix de vendas e reajustes de preços, houve um aumento de 15,88% nos preços médios e uma redução de 2,07 dias no prazo médio de vendas.

A Companhia concluiu no último quadrimestre do exercício os investimentos necessários à plena produção da lata Abre-Fácil, o que proporcionará economia de custos sobre a manufatura dos fundos.

Ainda em 2016, disponibilizamos para venda o imóvel constante na matrícula nº 33552, situado em Ponta Grossa – PR.

A Companhia vem ainda empreendendo esforços significativos na adequação dos seus custos operacionais e alavancagem de vendas e margens, culminado em orçamento com perspectivas de lucros. Os esforços estão concentrados nas seguintes linhas de atuação:

- ✓ Aumento do nível de receitas – A Administração está concentrando seus esforços na ampliação do volume de latas pedidas por seus principais clientes, o que reduz custos relacionados aos setups industriais, como também, encontra-se em andamento o desenvolvimento de novos clientes, tendo em vista a excelência comprovada de seus produtos no mercado. Tal iniciativa já teve como contrapartida um aumento do nível de faturamento com relação ao exercício anterior em 22,53%.
- ✓ Readequação dos custos operacionais – A Administração fez e vem fazendo esforço singular na adequação dos custos operacionais ao nível da receita auferida. Neste sentido a logística visou especialmente a otimização das rotas de entregas com vista à economia em fretes, como pode ser verificado na comparação das despesas com vendas.
- ✓ No último quadrimestre de 2016, os fundos para as embalagens do projeto Abre-Fácil, foram em sua totalidade produzidos pela nossa fábrica. O impacto sobre o resultado ainda foi parcial, uma vez que a safra de tomates estava terminando. A engenharia permanece desenvolvendo juntamente com seus clientes, materiais alternativos às especificações atualmente utilizadas, buscando economias.
- ✓ Utilização de incentivos fiscais – A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao ICMS, segundo o Programa Produzir, em Goiás, no limite total de R\$79.943.788,93, até 31/12/2040. É beneficiária igualmente de incentivos relativos ao ICMS no Estado do Paraná, relativamente às compras de folhas

de flandres adquiridas diretamente das usinas siderúrgicas produtoras, nacionais e estrangeiras.

2015

A Companhia obteve um crescimento de sua receita bruta na ordem de 125% no período de 2012 a 2015, e de 43% no exercício de 2015.

O comportamento do mercado nos diversos segmentos em que a Companhia atua, pode ser assim resumido:

- i) Vegetais, atomatados, lácteos, café e rações: apresentou uma queda de 11,5%;
- ii) Frutas em calda: apresentou uma queda de 11%, principalmente devido ao volume excepcional de chuvas nas principais regiões produtoras de pêssegos.

Durante o exercício, a Companhia empreendeu grande esforço com vistas à implementação do projeto de fabricação, sob licença e exclusividade, da lata patenteada mundialmente conhecida como Abre-Fácil. Destinada principalmente ao mercado de atomatados, é a embalagem líder deste segmento. Esta operação envolveu a transferência para a unidade de Goiânia dos equipamentos específicos para sua fabricação; a reforma e manutenção geral das linhas de produção; investimentos em obras civis; contratação e treinamento de mão de obra; aquisição de material de embalagem e secundários, peças de reposição, além dos custos de certificação e licenças de operação.

Encerramos o exercício contando com 334 (trezentos e trinta e quatro) colaboradores em nosso quadro de pessoal.

Demonstramos a seguir os principais indicadores relativos ao exercício de 2015 comparativamente ao exercício de 2014:

Preço médio de Vendas: + 18,44%

Prazo médio de Vendas: - 13,6 dias

Folha de Pagamento / Faturamento: - 3,42%

Geração de Sucata: - 22%

Área Bruta de aço vendida: + 22,63%

Participação de mercado: + 8,28%

A Administração da Companhia vem dando continuidade ao plano de investimentos implementado após a perda do mercado de latas para óleo comestível (hoje integralmente em embalagens plásticas PET) visando aprimorar sua performance operacional e a consequente recuperação das margens de lucratividade praticadas.

Em dezembro de 2015 foi alienado o imóvel denominado Estacionamento cuja disponibilização para venda foi autorizada pelo Conselho de Administração em RCA de 29 de agosto de 2014. Em RCA de 16 de dezembro de 2015 ficou autorizada a disponibilização para venda dos imóveis denominados Escritório Administrativo e Estacionamento das Bicicletas, ambos localizados na cidade de Ponta Grossa (PR), dentro do programa de readequação da planta com vistas à economia de custos.

A Companhia vem ainda empreendendo esforços significativos na adequação dos seus custos operacionais e alavancagem de vendas e margens, culminado em orçamento com perspectivas de lucros. Os esforços estão concentrados nas seguintes linhas de atuação:

- ✓ Aumento do nível de receitas - A Administração está concentrando seus esforços na ampliação do volume de latas pedidas por seus principais clientes, o que reduz custos relacionados aos setups industriais, como também, encontra-se em andamento o desenvolvimento de novos clientes, tendo em vista a excelência comprovada de seus produtos no mercado. Tal iniciativa já teve como contrapartida um aumento do nível de faturamento com relação ao exercício anterior em 43%.

Durante o exercício, em função das chuvas torrenciais verificadas na região sul do País, houve a quebra da safra de frutas, ocasionando uma redução de aproximadamente 66% das latas destinadas a embalar pêssegos, principalmente, com a consequente frustração de parcela importante da receita do quarto trimestre. Espera-se que não haja este tipo de influência em 2016, pois que, totalmente imponderável.

Em função da retomada da economia argentina e da desvalorização do Real, é razoável trabalharmos com a possibilidade de retomada das exportações de latas para aquele País, interrompidas desde 2011. A Administração prevê que a receita com exportações possa representar até 10% da receita bruta da Companhia em 2016.

- ✓ Readequação dos custos operacionais – A Administração fez e vem fazendo esforço singular na adequação dos custos operacionais ao nível da receita auferida. Neste sentido a logística visou especialmente a otimização das rotas de entregas com vista à economia em fretes, como pode ser verificado na comparação das despesas com vendas.

Percentualmente, em relação à receita líquida, houve uma redução de 3,53% na comparação de 2015 sobre 2014.

Em função do arrefecimento da economia global e maior disponibilidade de matérias-primas, verificou-se uma queda dos preços da folha de flandres. A Companhia implementará em 2016 contrato de fornecimento desta matéria-prima junto às siderúrgicas estrangeiras, onde estima-se que poderá capturar importante vantagem sobre sua principal rubrica de custos.

Igualmente, daremos início à segunda parte do projeto Abre-Fácil, com a fabricação dos fundos para estas latas, com redução de aproximadamente 30% nos custos deste item.

A engenharia permanece desenvolvendo juntamente com seus clientes, materiais alternativos às especificações atualmente utilizadas, buscando economias.

- ✓ Utilização de incentivos fiscais – A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao ICMS, segundo o Programa Produzir, em Goiás, no limite total de R\$79.943.788,93, até 31/12/2040. É beneficiária igualmente de incentivos relativos ao ICMS no Estado do Paraná, relativamente às compras de folhas de flandres adquiridas diretamente das usinas siderúrgicas produtoras, nacionais e estrangeiras.

- ✓ Captação de novos negócios e clientes – Como a assinatura em 2014, de contrato com a Metalgráfica Rojek Ltda, para produzir com exclusividade as embalagens Abre-Fácil.

Espera-se ampliar substancialmente a receita proveniente de serviço de corte, litografia e estampagem para terceiros.

- ✓ Contrato com o principal cliente das embalagens Abre-Fácil - Durante o primeiro trimestre de 2015 a Companhia concentrou seus esforços na mudança e instalação das linhas para produção de embalagens Abre-Fácil, objeto do contrato de arrendamento e fabricação sob licença exclusiva com a empresa detentora desta patente. Foram dispendidos vultuosos recursos financeiros na reforma das linhas, ampliação de instalações industriais, formação de estoques de peças de reposição e materiais secundários, e além dos recursos humanos e horas de engenharia.

A partir de abril, iniciou-se a produção em larga escala de latas para embalar alimentos derivados de tomate, cuja safra estende-se até outubro. Importa ressaltar, que para o exercício de 2016 não haverá a incidência destas despesas não recorrentes.

2014

Estudos de mercado indicam que a embalagem metálica manteve a receita bruta estável durante os últimos três anos, incluídos todos os setores para os quais fornece, inclusive o setor de tintas imobiliárias e automotivas.

A Companhia, no entanto, obteve um crescimento de sua receita bruta da ordem de 56% no período de 2014 sobre 2012, e de 20% no último exercício.

Dentro do portfólio da Companhia, o comportamento dos diversos segmentos pode ser assim resumido: a) vegetais, atomatados, café e rações: crescimento nos quatro segmentos, totalizando 18%, apesar do atraso na colheita de grãos causado pela ausência de chuvas; b) frutas em calda: mercado estável e c) demais segmentos: queda observada nos cárneos processados, majoritariamente destinados ao mercado exportador, que mostram retração face aos problemas geopolíticos, ao câmbio e à verticalização do processo produtivo de alguns clientes.

Durante o exercício, a Companhia logrou firmar acordo comercial com vistas à fabricação, sob licença e exclusividade, da lata mundialmente patenteada conhecida como Abre-Fácil. Esta operação reveste-se de suma importância, vez que, mantidas as quantidades históricas e suas tendências, faz crer que esta nova embalagem pode vir a representar 50% das vendas do portfólio. Principalmente destinada ao mercado de atomatados, é a embalagem líder deste segmento. Esta operação envolveu a transferência dos equipamentos específicos para sua fabricação para a unidade de Goiânia, investimentos em obras civis, contratação de mão de obra, material de embalagem e secundários, peças de reposição, além de custos de mudança.

Encerramos o exercício contando com 345 colaboradores em nosso quadro de pessoal, com crescimento de 28% sobre 2013.

Acreditamos já contar com todas as condições operacionais necessárias ao crescimento estimado em função desta nova embalagem.

A Administração da Companhia vem dando continuidade ao plano de investimentos implementado após a perda do mercado de latas para óleo comestível (hoje integralmente em embalagens plásticas PET) visando aprimorar sua performance operacional e a consequente recuperação das margens de lucratividade praticadas.

Com a mudança da filial de São José do Rio Preto para Goiânia, objetivando usufruir dos benefícios fiscais do “Programa Produzir” instituído pelo Governo do Estado de Goiás, a Administração da Companhia optou pela desmobilização do imóvel correspondente no Estado de São Paulo. Com isto, há atualmente em operação duas unidades fabris, uma em Ponta Grossa-PR (em imóvel próprio) e outra em Goiânia-GO (em imóvel locado). Foram alienados em setembro de 2014 e estavam classificados como Bens Destinados à Venda no Ativo Circulante, com autorização do Conselho de Administração em RCA de 29 de janeiro de 2013 e RCA de 06 de maio de 2013, respectivamente. Foi autorizada pelo Conselho de Administração em RCA de 29 de agosto de 2014, a disponibilização para venda do imóvel denominado Estacionamento, localizado na cidade de Ponta Grossa (PR).

A Companhia vem ainda empreendendo esforços significativos na adequação dos seus custos operacionais. Os esforços estão concentrados nas seguintes linhas de atuação:

✓ Aumento do nível de receitas – A Administração está concentrando seus esforços na ampliação do volume de latas pedidas por seus principais clientes, o que reduz custos relacionados aos setups industriais, como também, encontra-se em andamento o desenvolvimento de novos clientes, tendo em vista a excelência comprovada de seus produtos no mercado. Tal iniciativa já teve como contrapartida um aumento do nível de faturamento com relação ao exercício anterior; e

✓ Readequação dos custos operacionais – A Administração fez e vem fazendo esforço singular na adequação dos custos operacionais ao nível da receita auferida. Neste sentido, além de transferir as operações de São José do Rio Preto para Goiânia, economizando fretes e se beneficiando de incentivos fiscais, vem estudando

outras formas de redução dos custos de produção e despesas administrativas, sem comprometer a qualidade dos seus produtos; e

✓ Captação de novos negócios e clientes, como a assinatura em 2014, de contrato com a Metalgráfica Rojek Ltda., para produzir com exclusividade as embalagens abre-fácil; e

✓ Assinatura ainda em 2014, de contrato com o principal cliente das embalagens referidas no item anterior.

A seguir, apresentamos os Indicadores financeiros dos três últimos exercícios:

	2016	2015	2014
Liquidez Corrente	0,70	0,62	1,31
Liquidez Geral	1,09	0,76	0,90

b) Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Para a diretoria, a estrutura de capital atende as necessidades da Companhia.

Estrutura de Capital	2016	2015	2014
Capital de Terceiros:	73,94%	90,07%	76,48%
Capital Próprio:	26,06%	9,92%	23,52%

Na estrutura de capital demonstrada, Capital Próprio é o Patrimônio Líquido da Companhia, conforme apresentado nas demonstrações contábeis.

i. Hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há fórmula de cálculo do valor de resgate.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A diretoria considera que, confirmadas as projeções de vendas e receita, a Companhia disporá de recursos e geração de caixa suficientes para atender a todos os compromissos de curto, médio e longo prazo.

As fontes de recursos para atendimento dos compromissos de curto, médio e longo prazo, serão originadas de:

a.1) Aumento do nível de receitas

A Administração está concentrando seus esforços na ampliação do volume de latas pedidas por seus principais clientes, o que reduz custos relacionados aos setups industriais, como também, encontra-se em andamento o desenvolvimento de novos clientes, tendo em vista a excelência comprovada de seus produtos no mercado. Tal iniciativa já teve como contrapartida um aumento do nível de faturamento com relação ao exercício anterior em 22,53%

a.2) Readequação dos custos operacionais

A Administração fez e vem fazendo esforço singular na adequação dos custos operacionais ao nível da receita auferida. Neste sentido a logística visou

especialmente a otimização das rotas de entregas com vista à economia em fretes, como pode ser verificado na comparação das despesas com vendas.

a.3) No último quadrimestre de 2016, os fundos para as embalagens do projeto Abre-Fácil, foram em sua totalidade produzidos pela nossa fábrica. O impacto sobre o resultado ainda foi parcial, uma vez que a safra de tomates estava terminando.

A engenharia permanece desenvolvendo juntamente com seus clientes, materiais alternativos às especificações atualmente utilizadas, buscando economias.

a.5) Incentivos fiscais do Programa Produzir

A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao ICMS, segundo o Programa Produzir, em Goiás, no limite total de R\$79.943.788,93, até 31/12/2040. É beneficiária igualmente de incentivos relativos ao ICMS no Estado do Paraná, relativamente às compras de folhas de flandres adquiridas diretamente das usinas siderúrgicas produtoras, nacionais e estrangeiras.

a.6) Foi disponibilizado para venda o imóvel constante da matrícula n.º 33552 situado em Ponta Grossa – PR, visando novas entradas de recursos e negociação de dívidas.

a.7) Em março de 2017, ocorreu a votação do Supremo Tribunal Federal, sobre o tema de repercussão geral da exclusão do ICMS do faturamento para a base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS. A decisão foi de que o ICMS deve ser excluído do faturamento, desta feita a Companhia obteve êxito em Mandado de Segurança protocolado em 2004, gerando crédito de aproximadamente R\$ 21.300.000,00, em valores atuais.

a.8) Em 04 de janeiro de 2017, através da Medida Provisória n.º 766, foi instituído o Programa de Regularização Tributária – PRT, junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cujas condições para adesão, pagamento, liquidações e manutenção no referido Programa, foram publicadas da Instrução Normativa n.º 1687 de 31 de janeiro e a Portaria PGFN n.º 152 de 02 de fevereiro de 2017. O prazo para adesão teve início em 01 de fevereiro e encerra-se em 31 de maio de 2017 no âmbito da Receita Federal. No âmbito da Procuradoria temos 2 prazos: início 06 de março e encerramento 03 de julho de 2017 para Contribuições Sociais (INSS) e início 06 de fevereiro e encerramento 05 de junho de 2017 para os demais débitos.

A Companhia efetuou a adesão ao PRT, protocolando desistência de parcelamentos anteriores, consolidando em novo processo com pagamento de 24% da dívida consolidada em 24 parcelas mensais, e efetuando liquidação do saldo remanescente (76%) com Base de Cálculo Negativa da CSLL e Prejuízo Fiscal num montante de R\$ 4.765.150,90. Este valor foi baixado da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Pessoa Jurídica diferidos acumulados, realizando parte do diferido durante o exercício de 2017

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A Companhia contratou financiamentos para capital de giro, junto a instituições financeiras, que estão atendendo suas necessidades, a seguir demonstrados:

Vencimento	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
	R\$	USD	R\$	USD	R\$	USD
Com Repasse de Recursos Externos:						
2015	-	-	-	-	976.162,52	369.040,26
2016	-	-	528.649,90	184.393,40	524.510,64	183.333,34
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>528.649,90</u>	<u>184.393,40</u>	<u>1.500.673,16</u>	<u>552.373,60</u>
Com Repasse de Recursos Internos:						
2015	-	-	-	-	24.197.677,29	-
2016	-	-	15.993.129,28	-	4.816.346,32	-
2017	23.739.558,74	-	5.194.723,33	-	3.703.818,82	-
2018	2.150.598,29	-	5.093.019,05	-	3.031.684,95	-
2019	593.112,73	-	3.616.742,43	-	125.000,00	-
	<u>26.483.269,76</u>	<u>-</u>	<u>29.897.614,09</u>	<u>-</u>	<u>35.874.527,38</u>	<u>-</u>
Total	<u>26.483.269,76</u>	<u>-</u>	<u>30.426.263,99</u>	<u>184.393,40</u>	<u>37.375.200,54</u>	<u>552.373,60</u>
Consolidado:						
Circulante	23.739.558,74	-	16.521.779,18	184.393,40	25.173.839,81	369.040,26
Não Circulante	2.743.711,05	-	13.904.484,81	-	12.201.360,73	183.333,34
	<u>26.483.269,79</u>	<u>-</u>	<u>30.426.263,99</u>	<u>184.393,40</u>	<u>37.375.200,54</u>	<u>552.373,60</u>

Para capital de giro, os financiamentos estão reconhecidos com saldos em reais, com percentuais de juros de 150% a.a. da CDI ou 1,62% à 2,832% a.m., e nas operações de desconto de títulos variam de 2,5% a 3,2% a.m..

Referidos empréstimos, tanto externos como internos, estão garantidos por avais e imóveis próprios e do controlador

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A diretoria não vislumbra, a curto prazo, a necessidade de investimentos de relevância em ativos não circulantes.

Para cobrir eventuais deficiências de liquidez e visando otimizar sua estrutura de capital, a Companhia poderá realizar captações junto às Instituições Financeiras, desde que com custos e prazos adequados, para financiar capital de giro, de modo a melhorar o perfil de endividamento da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

- i. Contratos de Empréstimo e financiamento relevantes ver item "10.1.d"
- ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já elencadas no item "10.1.d"
- iii. Grau de subordinação entre as dívidas
Todos os empréstimos contratados estão garantidos por avais, equipamentos e imóveis.
- iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de

dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário não existem restrições impostas à Companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Nas linhas de crédito até aqui contratadas, os limites foram integralmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Contas da Demonstração do Resultado do Exercício (em milhares de reais)

	2016	2015	2014
Vendas Mercado Interno	174.143	142.907	100.195
Vendas Mercado Externo	0	0	0
Receita Operacional Bruta	174.143	142.907	100.195
Devoluções e Impostos	(30.859)	(25.970)	(18.703)
Receita Operacional Líquida	143.284	116.937	81.492
Custo dos Produtos Vendidos	(132.580)	(114.198)	(80.267)
Subvenções Governamentais	664	560	1.482
Lucro Operacional Bruto	11.368	3.299	2.707

Contas do Ativo e Passivo (em milhares de reais)

	2016	2015	2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	290	1.096	416
Imobilizado	17.212	23.750	23.614
Instituições Financeiras (Circulante/Não Circulante)	26.483	30.426	37.375
Créditos Tributários Diferidos (Não Circulante)	30.621	25.203	19.370

As variações ocorridas nos períodos comportaram-se dentro do contexto da realidade econômica/financeira da Companhia e do mercado em que insere.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de embalagens para o mercado alimentício, abrangendo o mercado de conservas (milho e ervilha), cárneos (salsicha, feijoada, patês), atomatados (molhos, extratos e purês), lácteos (creme de leite, leite condensado, doce de leite) e rações animais.

Apesar da queda da atividade industrial no País, a Companhia logrou aumentar suas vendas na linha de alimentos em 7,08% e na linha de frutas em calda em 36,38%. Na quantidade total de unidades vendidas, totalizou um aumento de 5,16% e de 22,53% na receita líquida do exercício.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A melhor administração de rotas e aperfeiçoamento das operações “Just in Time”, resultaram num aumento dos custos de fretes por unidade de 2,61%, frente à inflação de 6,58% segundo o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A produtividade, medida pela quantidade de horas necessárias para produção de uma unidade, aumentou 11,89%.

Através de um melhor mix de vendas e reajustes de preços, houve um aumento de 15,88% nos preços médios e uma redução de 2,07 dias no prazo médio de vendas.

A Companhia concluiu no último quadrimestre do exercício os investimentos necessários à plena produção da lata Abre-Fácil, o que proporcionará economia de custos sobre a manufatura dos fundos.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Houve um crescimento na receita bruta na ordem de 21,85%. A Companhia apresentou um crescimento de 5,16% na quantidade de embalagens vendidas comparativamente ao exercício de 2015 e elevou os preços médios de venda em 15,88%.

Não há efeito relevante causado pela variação das taxas de câmbio. A empresa não foi exportadora durante o ano de 2016.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Houve um aumento dos preços de sua principal matéria-prima, folha de flandres, de 17,24% durante o exercício. Este item representa aproximadamente 50% dos custos variáveis.

Houve forte elevação dos juros nas operações de financiamento, não só pela elevação da taxa básica SELIC, bem como dos spreads, em função das altas incertezas do atual cenário político e econômico nacional.

A variação das taxas cambiais afeta o resultado financeiro, na medida em que impacta o custo de matéria-prima importada. Não afeta o custo da dívida, pois não há financiamento em moeda estrangeira ao final do exercício.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) **Introdução ou alienação do segmento operacional:**
não ocorreram eventos relevantes
- b) **Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**
não ocorreram eventos relevantes
- c) **Eventos ou operações não usuais:**
não ocorreram eventos relevantes

10.4 Os diretores devem comentar:

- a) **Mudanças significativas nas práticas contábeis:**
Não houveram mudanças nas práticas contábeis
- b) **Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**
Não ocorreram alterações nas práticas contábeis
- c) **Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**
Parecer dos auditores independentes emitido sem ressalvas e/ou ênfases.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos

resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A Companhia entende serem pertinentes e prováveis as premissas de geração de resultados futuros positivos, segundo orçamento elaborado de longo prazo, suficientes à absorção dos créditos de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e de Imposto de Renda diferidos, reconhecidos nos exercícios de 2016 e passados.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigilas:

As demonstrações financeiras e suas notas explicativas registraram adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cumprindo a legislação vigente, bem como, as normas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Não foram constatadas deficiências.

10.7 – Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve oferta pública

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houveram desvios

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houveram desvios

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente que não aparecem no seu balanço patrimonial (offbalance sheet items), tais como:

i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv) Contratos de construção não terminada

v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

10.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b) **Natureza e o propósito da operação**
- c) **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

10.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a) **Investimentos, incluindo:**
 - i) **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
Não há investimentos em andamento nem previstos.
 - ii) **Fontes de financiamento dos investimentos**
Não há fontes de financiamento de investimentos.
 - iii) **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2016, foi autorizada a venda dos bens do Ativo Imobilizado da Companhia, denominados Linha Bibra e Linha Corned Beef, ambos localizados em Ponta Grossa, as quais foram reclassificados para a rubrica de Bens Disponíveis para Venda no Ativo Circulante aos valores de seus custos residuais. Em dezembro de 2016, foi disponibilizado para venda o imóvel constante da matrícula n.º 33552 situado em Ponta Grossa - PR e reclassificado para a rubrica Imóvel em Ponta Grossa - PR no Ativo Circulante.
Não existem no momento outros desinvestimentos previstos.

10.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não foram identificados outros fatos relevantes.

ANEXO II

Item 13 do Formulário de Referência

13 Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores e aos membros do conselho de administração, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado.

b) Composição da remuneração, indicando:**i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Pró-labore/Salário: correspondem à remuneração mensal e têm por objetivo oferecer a contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo.

Pró-labore – remuneração mensal dos diretores estatutários, sem vínculo empregatício.

Salário – remuneração mensal dos diretores vinculados ao regime celetista.

A existência desses dois formatos de remuneração se deve ao fato de que alguns membros da diretoria estão vinculados à Companhia mediante contrato de trabalho regido pela CLT.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Órgão	Pró-Labore	Salário
Diretoria	50,95%	49,05%
Conselho de Administração	100%	

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

A remuneração da diretoria e do conselho de administração é reajustada mediante aplicação de percentual equivalente ao acordo coletivo de trabalho da categoria profissional.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades de cada cargo e práticas de mercado.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Cabe ao Conselho de Administração o rateio da remuneração e quaisquer outras verbas destinadas pela Assembleia Geral aos órgãos da administração.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Não aplicável.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

- g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não aplicável.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL PróLabore	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	BENEFÍCIOS/ OUTROS
2017	Diretoria	02	1.840.416,00		
	Conselho de Administração	03	628.992,00		
2016	Diretoria	02	1.533.680,00		
	Conselho de Administração	03	524.160,00		
2015	Diretoria	02	915.266,72		
	Conselho de Administração	03	309.553,68		
2014	Diretoria	02	946.832,54		
	Conselho de Administração	03	399.603,36		

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

NÃO SE APLICA.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Ações detidas diretamente	2.376	21.041	23.417	4.748	3.735	8.483
Ações detidas indiretamente	23.997	31.101	55.098	48.001	62.212	110.213

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

NÃO SE APLICA.

13.9- Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

NÃO SE APLICA.

13.10- Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

NÃO SE APLICA.

13.11- Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de remuneração individual
2016	Diretoria Estatutária	02	854.200,00	679.480,00	766.840,00
	Conselho de Administração	03	174.720,00	174.720,00	174.720,00
2015	Diretoria Estatutária	02	509.225,64	406.041,08	457.633,36
	Conselho de Administração	03	103.184,56	103.184,56	103.184,56
2014	Diretoria Estatutária	02	523.301,19	423.531,35	473.416,27
	Conselho de Administração	03	133.201,12	133.201,12	133.201,12

13.12- Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

NÃO APLICÁVEL.

13.13- Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2016	2015	2014
Conselho de Administração	33,33%	33,33%	33,33%
Diretoria Estatutária	100,00%	100,00%	100,00%

13.14- Em relação os 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há valores reconhecidos a serem relacionados

13.15- Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:



METALGRÁFICA IGUAÇU S.A.

Não há valores reconhecidos a serem relacionados.

13.16- Fornecer outras informações que emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes.

ANEXO III

Nos termos do disposto no Artigo 10 da Instrução CVM 481/09, apresentamos abaixo as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos membros do Conselho de Administração indicados para reeleição.

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal:

Nome CPF Outros Cargos ou funções exercidas no Emissor	Data de Nascimento Profissão	Órgão da Administração Cargo eletivo Ocupado Descrição de outro cargo/função	Data da Eleição Data da Posse	Prazo do Mandato Foi eleito pelo controlador	Nº Mandatos consecutivos % Participação nas reuniões
Rogério Payrebrune St.Sève Marins 013.966.008-92	18/03/1957 Engenheiro Civil	Conselho de Administração	28/04/2017 28/04/2017	31/12/2019 Sim	- -

Experiência profissional:**Rogério Payrebrune St.Sève Marins – CPF 013.966.008-92:**

1983-1995 - Metalgráfica Iguaçu S.A./Ponta Grossa-PR – Diretor

Desde 1988 - Metalgráfica Iguaçu S.A./Ponta Grossa-PR – Diretor de Relações com Investidores

Desde 1989 - Merisa S.A. Engenharia e Planejamento/Ponta Grossa-PR – Diretor Técnico

03/11 a 31/12/1995 – Metalgráfica Iguaçu S.A./Ponta Grossa-PR-Presidente do Conselho de Administração

Desde 1995 – Metalgráfica Iguaçu S.A./Ponta Grossa-PR – Diretor Presidente

Declaração negativa de eventos condenatórios:

O administrador supracitado, indicado para eleição como membro do Conselho de Administração, declara que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreu condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitê de risco, comitê financeiro e comitê de remuneração.

Não aplicável.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Nome Cargo	CPF	Nome Empresarial do Emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada:				
Rogério Payrebrune St.Sève Marins Membro do Conselho de Administração	013.966.008-92	Metalgráfica Iguaçu S.A.	80.227.184/0001-66	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada:				
1. Lilian de Payrebrune St.Sève Marins Presidente do Conselho de Administração	066.546.178-00	Metalgráfica Iguaçu S.A.	80.227.184/0001-66	
2..Roberto de Payrebrune St.Sève Marins Diretor Superintendente	013.965.998-60	Metalgráfica Iguaçu S.A.	80.227.184/0001-66	
Diretor Presidente		Merisa S.A. Eng.e Planej.	76.633.197/0001-68	

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

Não aplicável.